

**ACTA N.º 23/2007
DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA
MUNICIPAL DE PORTO DE MÓS, REALIZADA
EM 29 DE NOVEMBRO DE 2007**

-----Aos vinte e nove dias do mês de Novembro do ano de dois mil e sete, nesta Vila de Porto de Mós, nos Paços do Concelho e Sala de Sessões, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal, sob a Presidência do Senhor Presidente JOÃO SALGUEIRO, secretariada pelo Secretário Municipal NEUZA JOSÉ MORINS DOS REIS, achando-se presentes os Vereadores Senhores, ANTÓNIO JOSÉ JESUS FERREIRA, ALBINO PEREIRA JANUÁRIO, IRENE MARIA CORDEIRO PEREIRA, RUI AUGUSTO MARQUES DA SILVA PEREIRA NEVES, JOÃO JOSÉ CONCEIÇÃO ALMEIDA E JORGE MANUEL VIEIRA CARDOSO. ---

-----À hora marcada e depois de todos terem ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, tendo sido tratados os seguintes assuntos:-----

-----**APROVAÇÃO DA REDACÇÃO FINAL DA ACTA DA REUNIÃO ANTERIOR** – Após análise da acta da reunião anterior, foi a mesma aprovada na sua redacção final.-----

OBRAS PARTICULARES

-----**PROC.º N.º 360/2006 – REQUERENTE** – Manuel Joaquim Pereira do Fetal, requer a aprovação do Projecto de Arquitectura, referente à alteração e ampliação de um armazém de mobiliário, sito no lugar e freguesia de Alqueidão da Serra. Já objecto de deliberação em nove de Agosto de dois mil e sete. -----

-----Deliberado aprovar-----

-----**PROC.º N.º 154/2007 - REQUERENTE – NOVIMOB** – Construções e Imobiliária, Lda., requer a aprovação do Projecto de Arquitectura, referente à construção de uma unidade comercial, a edificar em Chão de Imperes, freguesia de Mira de Aire. -----

-----Deliberado proceder à audiência prévia face ao parecer das Estradas de Portugal. ---
-----Mais foi deliberado que deverá dar cumprimento ao parecer dos Serviços Técnicos, criar um passeio na Rua do Cruzeiro e corrigir os alinhamentos na Rua existente do lado sul.-----

-----**PROC.º N.º 209/2007 – REQUERENTE** – Carlos Humberto Ferreira do Rosário, requer a aprovação do Projecto de Arquitectura, referente à alteração de utilização do piso 0/Térreo de uma moradia unifamiliar, sita na Rua S. Miguel, n.º 3-5, vila e freguesia de Juncal.--

-----Deliberado aprovar. -----

-----**PROC.º N.º 227/2007 – REQUERENTE** – Leonel Ventura Marcolino Cordeiro, requer a aprovação do Projecto de Arquitectura, referente à construção de um Estabelecimento de Preparação de Leitão Assado, em Vale ou Andam, freguesia de Juncal. Já objecto de deliberação em nove de Agosto de dois mil e sete. -----

-----Deliberado aprovar, condicionado ao parecer dos Serviços Técnicos. -----

-----**PROC.º N.º 279/2007 – REQUERENTE** – Ricardo José Mendes Pereira, requer a aprovação do Projecto de Arquitectura, referente à construção de uma moradia unifamiliar e anexo, a edificar em Barrenta, freguesia de Alvados. -----

-----Deliberado aprovar, condicionado ao parecer dos Serviços Técnicos. -----

-----**PROC.º N.º 322/2007 – REQUERENTE** – Joaquim da Assunção Martins, requer a aprovação do Projecto de Arquitectura, referente à alteração de um pavilhão destinado a armazenamento de produtos alimentares, sito em Bemposta, freguesia de Mendiga.-----

-----Deliberado aprovar, condicionado ao parecer dos Serviços Técnicos. -----
-----Mais foi deliberado que as novas coberturas encostadas à extrema devem respeitar os artigos do Código Civil aplicáveis.-----

-----**PROC.º N.º 477/2007 – REQUERENTE** – Fernando Jesus Vieira, requer a aprovação do Projecto de Arquitectura, referente à construção de um anexo e alteração de uma moradia unifamiliar, sita em Chão do Castelo – Covas Altas, freguesia de Alqueidão da Serra.---

-----Deliberado aprovar, condicionado ao parecer dos Serviços Técnicos. -----

-----**PROC.º N.º 515/2007 – REQUERENTE** – Óscar Rodrigo da Silva Gomes, requer a aprovação do Projecto de Arquitectura, referente à reconstrução de uma moradia unifamiliar, sita em Figueiredo, freguesia de São Pedro.-----

-----Deliberado proceder à audiência prévia por apontar para o indeferimento, porque a Câmara considera que o projecto apresentado não se trata de uma recuperação mas sim de uma construção nova, devendo nesse caso recuar em relação ao eixo da estrada.-----

-----**PROC.º N.º 552/2007 – REQUERENTE** – Joaquim Filipe Esteves Vieira, requer a aprovação do Projecto de Arquitectura, referente à construção de uma garagem, a edificar em Tojal, freguesia de São Pedro.-----

-----Por se tratar de um anexo de uma construção existente e de apoio à mesma, a Câmara Municipal deliberou, solicitar os elementos indicados no parecer dos Serviços Técnicos a fim de instruir o processo, pelo que se deve proceder à audiência prévia de acordo com os artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo.-----

-----**PEDIDOS DE INFORMAÇÃO PRÉVIA**-----

-----**PROC.º N.º 280/2007 – REQUERENTE** – Henriqueta Maria Carvalho Caetano Inácio, requer a informação prévia referente à viabilidade de construção de uma moradia unifamiliar, a levar efeito num terreno sito no lugar e freguesia de Mendiga.-----

-----Deliberado não ser viável face ao parecer do Parque Natural de Serra de Aire e Candeeiros e dos Serviços Técnicos.-----

-----**PROC.º N.º 507/2007 - REQUERENTE** – Pedra Rural – Compra, Venda e Administração Imóveis, Lda., requer a informação prévia referente à viabilidade de construção de três moradias unifamiliares, a levar efeito num terreno sito em Vale Travelho, freguesia de Pedreiras.---

-----Deliberado não ser viável face ao parecer do Parque Natural de Serras de Aire e Candeeiros.-----

-----**PROC.º N.º 152/2007 – REQUERENTE** – José do Rosário Cordeiro, requer a informação prévia referente à viabilidade de construção de uma moradia unifamiliar, a levar efeito num terreno sito em Mato Velho, freguesia de Serro Ventoso.-----

-----Deliberado não ser viável face ao parecer do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros.-----

-----**PROC.º N.º 228/2007 – REQUERENTE** – Mário Santos Silva, requer a informação prévia referente à viabilidade de ampliação de uma oficina de automóveis, a levar efeito em Carqueijal, freguesia de Calvaria Cima.-----

-----Deliberado não ser viável face ao parecer da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do centro.-----

-----**PEDIDOS DE DESTAQUE**-----

-----**PROC.º N.º 709/1989 - REQUERENTE** – Albino de Figueiredo Cordeiro, requer a desanexação de uma parcela de terreno, com a área de 1.800,00m², de um prédio misto com a área de 3.520,00m², sito em Andam, freguesia de Juncal, descrito na Conservatória do Registo Predial de Porto de Mós sob o n.º 4375 e inscrito na matriz predial mista sob os artigos n.ºs 179(rústico) secção n.º 5 e 3517(urbano), a confrontar a Norte com Amílcar Rosa Rocha a Sul com José Salgueiro Franco Cordeiro e Caminho público, a Nascente com Caminho Público e a Poente com Vítor Louro Cordeiro, e lhe seja certificado se reúne as condições previstas nas alíneas a) e b) do n.º 4 e n.ºs 6 e 7 do art.º 6.º do Dec. -Lei 555/99, de 16 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Dec. -Lei 177/2001, de 04 de Junho.-----

-----Deliberado aprovar o pedido de destaque de acordo com o parecer dos Serviços Técnicos e certificar em como reúne as condições previstas nas alíneas a) e b) do n.º 4 e n.ºs 6 e 7 do artigo 6.º do Dec. -Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redacção nova dada pelo Dec. -Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho.-----

-----**LOTEAMENTOS**-----

-----**PROC.º N.º 436/1995** – Imobiliária Pedra D' Aire, S.A., requer a aprovação das alterações aos lotes n.º 13, 14, 15 e 16 do loteamento, sito em Casais de Baixo, freguesia de Pedreiras, pertencente a António da Trindade Mateus.-----

-----Deliberado aprovar.-----

-----**PROC.º N.º 345/2007 - REQUERENTE** – Induperfil – Indústria de Perfis, Lda., requer a aprovação do projecto de Arquitectura, referente à operação de loteamento, a levar efeito em Chão da feira, freguesia de Calvaria de Cima.-----

-----Deliberado solicitar às Estradas de Portugal esclarecimento sobre o parecer emitido, tendo em conta que a pretensão não se encontra confinada com a Estrada Nacional.-----

-----**DIVERSOS**-----

-----**PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO A ESTABELECEMOS ENTRE O MUNICÍPIO DE PORTO DE MÓS E ARTEMÓS – ASSOCIAÇÃO DE ARTÍSTAS PLÁSTICOS DE PORTO DE MÓS** – Deliberado aprovar e autorizar o Presidente da Câmara a outorgar o protocolo de colaboração.-----

-----**TAXAS SOBRE DIREITOS DE PASSAGEM LEI N.º 5/2004, DE 10 DE FEVEREIRO E INFRA-ESTRUTURAS DE SUPORTE DAS ESTAÇÕES DE RADIOCOMUNICAÇÕES E RESPECTIVOS ACESSÓRIOS, DECRETO-LEI N.º 11/2003 DE 18 DE JANEIRO** – Presente uma informação da Chefe de Divisão de Licenciamento Urbano, Arqt.ª Ester Maria Assis Vieira, no seguinte teor:-----

-----“1 – Nos termos da alínea b) do n.º 2 do art.º 106.º da Lei n.º 5/2004, de 10/02, é da competência do Município aprovar o percentual a aplicar na Taxa Municipal de Direitos de Passagem, até ao fim do mês de Dezembro do ano anterior a que se destina a sua vigência e não pode ultrapassar os 0,25%.-----

-----Ao abrigo do disposto no n.º 2 do art.º 123.º da Lei n.º 5/2004, de 10/02, já foi fixado o valor de 0,25%, a aplicar ao ano 2007, em Reunião de Câmara de 02/11/2006 e em Assembleia Municipal de 22/12/2006. -----

-----Assim, sugere-se que seja aprovado também o mesmo valor para o ano 2008.-----

-----Face ao exposto, à Reunião de Câmara, e após aprovação do valor do ponto 1, o mesmo deverá ser submetido à aprovação da Assembleia Municipal.”-----

-----Deliberado por unanimidade aprovar o percentual de 0,25%, referente à Taxa Municipal dos Direitos de Passagem e submeter à aprovação da Assembleia Municipal.-----

-----**ALIENAÇÃO DE LOTES NA ZONA INDUSTRIAL DO JUNCAL** – Presente uma informação da Assistente Administrativa Especialista, Madalena Oliveira, no seguinte teor:

-----“Tendo este Gabinete tido conhecimento que existem empresas interessadas na aquisição de vários lotes na Zona Industrial do Juncal, solicita-se ao executivo camarário, que se assim o entender, delibere proceder à abertura do concurso para a apresentação de candidaturas pelo prazo de trinta dias, com consequente publicação do aviso de abertura em dois jornais, um local e um regional.”-----

-----Deliberado abrir concurso para a apresentação de candidaturas pelo prazo de trinta dias, mantendo-se o preço por metro quadrado de doze euros e cinquenta cêntimos. -----

-----**PEDIDO DE CONTADOR DE ÁGUA** – Presente um ofício da Freguesia de Serro Ventoso, a solicitar a colocação de um contador de água e isenção do pagamento da respectiva tarifa de ligação, na nova Casa Velório, sita na Rua Nossa Senhora dos Caminhos em Serro Ventoso.-----

-----Deliberado aprovar a colocação do contador de água e isentar o pagamento da respectiva tarifa de ligação.-----

-----**PROCEDIMENTOS DE DELIMITAÇÃO ADMINISTRATIVA ENTRE OS MUNICÍPIOS DA BATALHA E PORTO DE MÓS (FREGUESIA DE S. JOÃO BAPTISTA)** – Presente um ofício do Município da Batalha a solicitar a aprovação dos sete exemplares das plantas com a localização da delimitação administrativa acordada pelas Juntas de Freguesia da Batalha e São João Baptista. -----

-----Deliberado aprovar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal. -----

-----**PROCEDIMENTOS DE DELIMITAÇÃO ADMINISTRATIVA ENTRE OS MUNICÍPIOS DA BATALHA (FREGUESIA DE SÃO MAMEDE) E PORTO DE MÓS (FREGUESIA DE MIRA DE AIRE)** – Presente um ofício do Município da Batalha a solicitar a aprovação dos sete exemplares das plantas com a localização da delimitação administrativa acordada pelas Juntas de Freguesia de São Mamede e Mira de Aire. -----

-----Deliberado aprovar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal. -----

-----**TOPONÍMIA** – Presente um ofício da Freguesia de S. Pedro, a informar que a Assembleia de Freguesia em sessão realizada em trinta e um de Outubro do corrente ano, deliberou aprovar a atribuição dos seguintes nomes de ruas: -----

-----“Condomínio Vila Alcaide – Em Leões – Corredoura;-----

-----Beco dos Cabecinhos – Liga Rua da Amara nos Tourões aos Cabecinhos; -----
-----Canto do Paixão – Liga com a Rua da Esparrela na Esparrela; -----
-----Beco da Sorveira – Liga com a Rua da Esparrela na Esparrela; -----
-----Beco das Cavadas – Liga com a Rua das Cavadas nos Casais de Baixo; -----
-----Beco dos Coelhos – Liga com a Rua Eng. Monteiro da Conceição na Corredoura; --
-----Canto de São José para Beco dos Silvas no Castanheiro” -----

-----Deliberado aprovar a toponímia proposta.-----

-----**AQUISIÇÃO DE LOTES NA ZONA INDUSTRIAL DO JUNCAL** – Presente uma carta da empresa “FIP – Fotografia Industrial e Publicitária, Lda.”, na qualidade de promitente comprador dos Lotes 5, 6 e 7 na Zona Industrial do Juncal, a solicitar que os referidos lotes, que por deliberação de oito de Fevereiro de dois mil e sete lhe foram atribuídos, seja permitida a transferência da sua propriedade para o Banco BPI, S.A., uma vez que foi esta a instituição financeira que lhe aprovou o financiamento em locação financeira. -----

-----Deliberado autorizar a cedência dos lotes 5, 6 e 7 ao Banco BPI, S.A.-----

-----Mais foi deliberado autorizar o Presidente da Câmara a outorgar a escritura de compra e venda.-----

-----**MEDIDAS PREVENTIVAS PARA MIRA DE AIRE** – Presente uma informação do Vereador dos Pelouros das Obras Particulares e Urbanismo, Arquitecto Jorge Manuel Vieira Cardoso, no seguinte teor: -----

-----“Com a entrada em vigor do Decreto-lei n.º 316/2007, de 19 de Setembro, que estabelece o novo regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, foi alterado o Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro assim como o Decreto-Lei n.º 310/2003, de 10 de Dezembro, que serviu de base à deliberação da Câmara Municipal de 25 de Janeiro de 2007, sobre a suspensão do Plano Director Municipal para duas áreas da vila de Mira de Aire com as respectivas medidas preventivas. -----

-----A presente alteração deve-se às medidas previstas no SIMPLEX — Programa de Simplificação Legislativa e Administrativa, que tem como objectivo principal o reforço da eficiência dos processos de ordenamento do território e, por isso, da operatividade do sistema de gestão territorial, na óptica da responsabilização municipal. -----

-----Para a prossecução deste objectivo, as alterações agora introduzidas assentam essencialmente na simplificação de procedimentos, associada à responsabilização municipal, à desconcentração de competências no âmbito da administração do território e ao reforço dos mecanismos de concertação de interesses públicos entre si. -----

-----Nesse âmbito, é necessário rectificar a deliberação da Câmara Municipal de 25 de Janeiro de 2007, propondo apenas a decisão de criar medidas preventivas para três áreas da vila de Mira de Aire em vez do pedido de suspensão do PDM para essas áreas, e proceder à sua aprovação por parte da Assembleia Municipal, isto porque, de acordo com o número três do artigo 107.º do Decreto-lei n.º 316/2007 de 19 de Setembro, o estabelecimento de medidas preventivas por motivo de revisão ou alteração de um plano determina a suspensão da eficácia deste na área abrangida por aquelas medidas. -----

-----Assim, com esta alteração e após a aprovação em Assembleia Municipal e posterior publicação em Diário da República, poder-se-á concretizar a implementação destas medidas não se tornando necessária a ratificação por parte do Governo. -----

-----1 – Fundamentação-----

-----Sobre a vila de Mira de Aire sabe-se que é o maior aglomerado urbano do concelho de Porto de Mós, com um tecido pouco qualificado e onde existem bastantes edifícios em mau estado de conservação, em acelerada degradação, verificando-se, mesmo, em alguns casos o risco de ruína.-----

-----O encerramento de várias empresas ligadas ao sector têxtil, uma actividade comercial dispersa, o desaparecimento de alguns equipamentos de base existentes, como o

antigo cine-teatro que ruiu, o mau estado de conservação do posto da GNR, em fase de degradação bastante avançada, são realidades que têm contribuído para a criação de um ambiente hostil para a população que ainda aqui reside, levando ao abandono de algumas áreas e à conseqüente mudança para novos locais. -----

-----Esta conjuntura leva o Município a preparar um conjunto de alternativas que contribuam para uma inversão dos valores sociais existentes, a fim de estimular a fixação da população nesta vila. Pretende-se, assim, introduzir equipamentos que substituam os perdidos, situação já iniciada pela Câmara Municipal, através da aquisição de vários imóveis, atribuindo-lhes novas valências, de que é exemplo a Junta de Freguesia de Mira de Aire, e da demolição de outros. Procedeu-se, igualmente, à reconfiguração do espaço entre as igrejas, criando-se uma zona verde aliada à circulação pedonal, preparando-se, agora, a construção da Casa da Cultura.--

-----Actualmente, Mira de Aire está classificada como zona urbana de nível II, com índices de ocupação e construção altos quando comparados com os de outros aglomerados do concelho. Na análise ambiental, económica e social realizada constata-se a ausência de equipamentos e espaços verdes de utilização colectiva. -----

-----O PDM de Porto de Mós encontra-se em revisão. Concluídos os estudos de caracterização prepara-se a proposta de Ordenamento. Conhecidas as circunstâncias e as condições existentes na zona central da vila de Mira de Aire, pretende-se com esta solução a classificação destas áreas como de espaço verde de utilização colectiva, bem como o melhoramento das acessibilidades, uma vez que se verificam circunstâncias excepcionais resultantes da alteração significativa das perspectivas de desenvolvimento económico e social local ou de situações de fragilidade ambiental incompatíveis com a concretização das opções estabelecidas no referido plano de ordenamento. -----

-----Há todo o interesse em dotar a vila de um conjunto de equipamentos de âmbito cultural, desportivo, educativo e de segurança, proporcionando uma oferta diversificada, criando, igualmente, espaços verdes, de lazer e recreio, melhorando as acessibilidades, continuando a separar a circulação pedonal – automóvel, estabelecendo bolsas de estacionamento, etc. -----

-----Pelo exposto, torna-se urgente prevenir futuras alterações que possam limitar a liberdade de planeamento e comprometer, tornar inviável ou mesmo mais onerosa a execução dos objectivos apresentados, com vista à requalificação da zona central de Mira de Aire, evitando, assim, a especulação sobre esta área e a utilização para fins diferentes dos pretendidos pelo Município. -----

-----Assim, proponho que a Câmara Municipal estabeleça medidas preventivas para três locais do perímetro urbano da vila de Mira de Aire, de acordo com a planta em anexo, tendo sido o principal critério para a sua delimitação a utilização dos elementos físicos envolventes. ---

-----Deliberado aprovar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal. -----

-----**DIGITALIZAÇÃO E GEORREFERENCIAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS COM PROTECÇÃO LEGAL – PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO RELATIVO À PARTILHA DE INFORMAÇÃO** – Presente uma carta do Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, a solicitar informação da existência ou não de cartografia digital do Concelho, ou dos principais centros urbanos, e se o Município está interessado em celebrar um Protocolo de Colaboração, para o efeito, com o Instituto acima mencionado, do qual anexa minuta. -----

-----A Câmara Municipal deliberou ser de todo o interesse em vir a celebrar o protocolo proposto.-----

-----**VENDA DE LOTE 1B DA ZONA INDUSTRIAL DE PORTO DE MÓS À EMPRESA PLÁSTICOS IPA, S.A.** – Presente uma informação da Assistente Administrativa Especialista, Madalena Oliveira, no seguinte teor:-----

-----“Estando este Município em condições de proceder à outorga das escrituras de compra e venda dos lotes da 2.ª Fase (1B a 15B) da Zona Industrial de Porto de Mós atribuídos às empresas que se candidataram aos mesmos, cumpre informar V. Exa., e a fim de dar continuidade ao processo, que este Gabinete já tem em sua posse os documentos necessários à outorga da escritura do Lote 1B atribuído à empresa “Plásticos IPA, S.A.”.-----

-----A empresa adquirente, mencionada em epígrafe, dispensa a formalização da outorga do contrato promessa de compra e venda, pretendendo avançar para a escritura pública, satisfazendo no dia anterior à mesma, o pagamento do valor correspondente à totalidade do custo do lote.-----

-----Assim, solicito a V. Exa., que caso assim o entenda, remeta o assunto à próxima reunião de Câmara para que se delibere vender o lote 1B, com a área de 6.723 m², inscrito na matriz predial urbana da freguesia de S. Pedro sob o artigo n.º 2978, pelo montante de noventa e quatro mil cento e vinte e dois euros, à empresa “PLÁSTICOS IPA, S.A.”.-----

-----Solicito, ainda, que se delibere dar o necessário consentimento ao Presidente da Câmara para outorgar a respectiva escritura de compra e venda.”-----

-----Deliberado vender o lote 1B, com a área de 6.723 m², inscrito na matriz predial urbana na freguesia de S. Pedro sob o artigo n.º dois mil novecentos e setenta e oito, pelo montante de noventa e quatro mil cento e vinte e dois euros, à empresa “Plásticos IPA, S.A.”.-----

-----Mais foi deliberado autorizar o Presidente da Câmara a outorgar a escritura de compra e venda.-----

-----**ACTA DA COMISSÃO DE ANÁLISE DE CANDIDATURAS PARA ALIENAÇÃO DE LOTES NA ZONA INDUSTRIAL DE JUNCAL**-----

-----**ACTA N.º 2/07**-----

-----**DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE**-----

-----**ANÁLISE DAS CANDIDATURAS PARA**-----

-----**ALIENAÇÃO**-----

-----**DE LOTES DA ZONA INDUSTRIAL DO JUNCAL, --**-----

-----**REALIZADA EM 23 DE NOVEMBRO DE 2007**-----

-----Aos vinte e três dias do mês de Novembro do ano dois mil e sete, nesta Vila de Porto de Mós, nos Paços do Concelho e Sala de Sessões, realizou-se a reunião ordinária da Comissão para Analisar as Candidaturas para Alienação de Lotes da Zona Industrial do Juncal, estando presentes os elementos designados pela Ex.ma Câmara Municipal na sua reunião de vinte e nove de Novembro de dois mil e sete, João Salgueiro, Jorge Manuel Vieira Cardoso e António José de Jesus Ferreira, para apreciação das candidaturas à aquisição dos lotes da Zona Industrial do Juncal, à qual se candidataram as seguintes empresas:-----

-----Fadecol – Faiança Decorativa, Lda;-----

-----Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A;-----

-----Analisadas as candidaturas e tendo em conta o Regulamento de Venda de Lotes, nomeadamente no que se refere ao prazo da sua apresentação constante das várias publicações efectuadas e dos critérios de selecção previstos no Artigo 4.º do referido Regulamento.-----

-----Nos critérios de selecção, para além dos referidos e constantes do Regulamento, a Comissão teve em conta as áreas de lotes disponíveis e as prestações dos Candidatos.-----

-----A Comissão deliberou proceder à seguinte atribuição:-----

-----N.º 10 - Fadecol – Faiança Decorativa, Lda.;-----

-----N.º 12 - Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A-----

-----Mais deliberou a Comissão, propor à Exma. Câmara Municipal a alienação dos lotes acima referidos-----

-----E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, da qual para constar se lavrou a presente acta.”-----

-----Deliberado homologar a acta da Comissão de Análise das candidaturas e proceder em conformidade.-----

-----**ACTA DA COMISSÃO DE ANÁLISE DE CANDIDATURAS PARA ALIENAÇÃO DE LOTES NA ZONA INDUSTRIAL DE MIRA DE AIRE**-----

-----**ACTA N.º 1/07**-----
-----**DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE**-----
-----**ANÁLISE DAS CANDIDATURAS PARA**-----
-----**ALIENAÇÃO DE LOTES NA ZONA INDUSTRIAL**-----
-----**DE MIRA DE AIRE, REALIZADA EM 23 DE**-----
-----**NOVEMBRO DE 2007**-----

-----Aos vinte e três dias do mês de Novembro do ano dois mil e sete, nesta Vila de Porto de Mós, nos Paços do Concelho e Sala de Sessões, realizou-se a reunião ordinária da Comissão para Analisar as Candidaturas para Alienação de Lotes da Zona Industrial de Mira de Aire, estando presentes os elementos designados pela Ex.ma Câmara Municipal na sua reunião de vinte e três de Novembro de dois mil e sete, João Salgueiro, Jorge Manuel Vieira Cardoso e António José de Jesus Ferreira, para apreciação da única candidatura apresentada a concurso pela empresa:-----

-----TECNOFERRO – Novas Industrias e Tecnologias Metálicas, Lda.;-----
-----Analisada a candidatura e tendo em conta o Regulamento de Venda de Lotes, nomeadamente no que se refere ao prazo da sua apresentação constante das várias publicações efectuadas e dos critérios de selecção previstos no Artigo 4.º do referido Regulamento, a Comissão deliberou proceder à seguinte atribuição:-----

-----N.º 11 – TECNOFERRO – Novas Indústrias e Tecnologias Metálicas, Lda.;-----

-----Mais deliberou a Comissão, propor à Exma. Câmara Municipal a alienação do lote acima referido-----

-----E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, da qual para constar se lavrou a presente acta.-----

-----Deliberado homologar a acta da Comissão de Análise das candidaturas e proceder em conformidade.-----

-----**CONTRATO DE ARRENDAMENTO DE UM PRÉDIO URBANO (ESCOLA PRIMÁRIA DE FONTAINHAS)** – Presente uma carta da Bençaça – Clube de Caça de São Bento, a solicitar a isenção de pagamento de juros de mora de Abril de dois mil e seis a Outubro de dois mil e sete, referentes ao contrato de arrendamento da Escola Primária de Fontainhas.-----

-----Deliberado isentar os juros referentes ao contrato de arrendamento estabelecido entre a referida Associação e o Município de Porto e Mós .-----

-----Mais foi deliberado alterar a cláusula oitava do referido contrato, passando a mesma a ter a seguinte redacção:-----

-----“1- Pelo arrendamento ora celebrado, o segundo outorgante pagará ao primeiro outorgante a renda mensal de vinte cinco euros (25 €).-----

-----2- O pagamento será feito semestralmente, até ao dia oito do semestre seguinte, na sede do primeiro outorgante.-----

-----3- A renda ora estipulada fica sujeita às actualizações legais.”-----

-----**PROTOCOLO COM AS JUNTAS DE FREGUESIA – REVISÃO** – Presente uma informação do Presidente da Câmara, Senhor João Salgueiro, no seguinte teor:-----

-----“Os Vereadores do Partido Socialista vêm propor a revisão ao protocolo celebrado com as Juntas de Freguesia do Concelho, aprovado em reunião de Câmara de nove de Março do ano 2006, no seguimento da estreita colaboração e apoio financeiro que a Câmara Municipal lhes tem prestado.-----

-----Cientes das dificuldades daquelas instituições, pretende-se com esta revisão dotá-las de mais recursos financeiros, no sentido de fazerem face às competências que lhes estão atribuídas, nomeadamente no que diz respeito aos custos relativos à manutenção corrente, necessária ao normal funcionamento dos estabelecimentos escolares do Ensino Básico e do Pré-Escolar. -----

-----Pelo exposto propomos a aprovação do protocolo anexo.” -----

-----Deliberado aprovar por maioria, com os votos contra dos Vereadores do Partido Social Democrata. -----

-----Os Vereadores do Partido Social Democrata, referiram que votam contra a revisão do protocolo, por não haver um incremento de verbas relativamente ao ano anterior. -----

-----Mais foi deliberado autorizar o Presidente da Câmara a outorgar o protocolo com as Juntas de Freguesia do Concelho.-----

-----**LANÇAMENTO DA II EDIÇÃO DO CONCURSO LITERÁRIO JOVEM** – Presente uma informação do Vereador da Educação, Cultura, Acção Social e Desporto, no seguinte teor:-----

-----“À semelhança do ano escolar transacto, irá decorrer durante os meses de Dezembro de 2007 a Maio de 2008, a II Edição do Concurso Literário Jovem, dentro do universo da escolaridade obrigatória do concelho de Porto de Mós. -----

-----Nesse sentido, solicito a V.Exa a autorização para a abertura do referido concurso, cujas normas a aplicar no mesmo, constam do documento que junto em anexo, e que terá por tema, nesta II edição, “*Uma aventura nas Serras de Aire e Candeeiros*”.”-----

-----Deliberado concordar com a informação e aprovar a abertura da II edição do concurso literário jovem, bem como as normas a aplicar ao mesmo. -----

----- **FINANÇAS MUNICIPAIS** -----

-----**TESOURARIA** – A Câmara tomou conhecimento do movimento dos fundos, por intermédio do Resumo Diário da Tesouraria.-----

-----**GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO DE 2008** – O Senhor Presidente da Câmara apresentou ao Executivo Camarário as Grandes Opções do Plano do Município para o ano dois mil e oito e o orçamento, que importa tanto na receita como na despesa em vinte e três milhões setecentos e oitenta e seis mil novecentos e setenta e nove euros, começando por referir que o que esteve subjacente à realização deste Plano para o ano dois mil e oito foram obras que estão neste momento em curso e que transitam deste para o próximo ano, assim como outras que de acordo com o plano eleitoral do partido socialista se pretende que sejam feitas ou pelo menos iniciadas durante o ano que vem. Acrescentou que da proposta apresentada, naturalmente que há um forte condicionante dado que o novo quadro comunitário designado Quadro de Referência Estratégico Nacional, vai entrar em vigor no ano dois mil e oito, ou seja é um quadro de dois mil e sete a dois mil e treze, contudo o ano dois mil e sete foi um ano zero e não houve praticamente candidaturas abertas e as que existiram foram coisas reduzidas. Verifica-se que a regulamentação ainda não está completa e a verdade é que ainda não se sabe muito bem como vai funcionar este novo quadro comunitário, o que é certo é

que o ano dois mil e oito vai ser o primeiro ano em que iremos ter investimentos significativos aprovados pelo Quadro de Referência Estratégico Nacional.-----

-----Da proposta apresentada o Senhor Presidente começou por destacar as obras que considera mais importantes em cada capítulo.-----

-----No que se refere à Administração Geral referiu que estão inscritas rubricas que estão ligadas com o funcionamento dos serviços, como por exemplo a aquisição de equipamento e a conclusão do projecto do Leiria Região Digital.-----

-----No que diz respeito à segurança e ordem pública continuamos a ter o quartel dos Bombeiros Voluntários de Mira de Aire com uma verba simbólica. Referiu ainda que, não obstante ser considerada uma obra que não é da responsabilidade da Câmara Municipal tem neste momento pedido ao Senhor Secretário de Estado para avaliar a situação, ao qual já foi entregue um conjunto de fotografias que evidenciam as más condições do quartel, pelo que a rubrica está aberta até ver o que irá acontecer até porque já está agendada uma reunião para analisar este assunto.-----

-----No capítulo da Protecção Civil o Senhor Presidente destacou o Ponto de Água que é uma obra que se encontra em curso. Ainda nesta área referiu que se encontra um valor simbólico para a helipista de Alcaria, porque o projecto se encontra praticamente concluído, acrescentando que não se avançou com a obra porque têm expectativas de que a mesma venha a ser comparticipada pelo Quadro de Referência Estratégico Nacional. O Regulamento do novo quadro relativamente à protecção civil parece contemplar obras de requalificação de helipistas, pelo que se tivéssemos avançado com a obra no ano anterior não teríamos comparticipação.-----

-----Referiu ainda que se trata de uma obra importante porque poderemos vir a ter no período de verão um grupo de intervenção da GNR em carácter de permanência, acrescentando que considera importante não pelo combate mas pela prevenção e como é obvio um grupo destes necessita de instalações, nomeadamente de camaratas, daí a verba prevista para esta obra na esperança de isto vir a acontecer.-----

-----Ainda neste capítulo referiu o apoio às associações de bombeiros com idêntica verba à do ano passado e o apoio para aquisição de viaturas, dado que se pretende apoiar mais uma viatura aos bombeiros voluntários. Outro apoio que continua é a questão do terreno do quartel dos bombeiros de Porto de Mós. A Direcção já manifestou interesse do quartel ficar junto às instalações desportivas, a verdade é que essa solução passa por adquirir mais terrenos e também por uma alteração ao Plano de Pormenor da Várzea. Acrescentou que espera que o quartel possa ser construído na zona referida, contudo verifica que não há unanimidade internamente na direcção sobre a localização do mesmo. Referiu ainda que a Câmara Municipal está disponível para apoiar o terreno e no caso de o adquirir doá-lo na totalidade.-----

-----Na área da educação e no que diz respeito aos jardins de infância destacou a questão do Jardim de infância da Cruz da Légua, referindo que figura ainda o terreno dado que o mesmo está comprado mas por “problemas de papéis” tem havido dificuldades em fazer a escritura, contudo pensa que durante o ano dois mil e oito a obra será iniciada.-----

-----Destacou também a construção de uma sala de refeições na Cumeira de Cima que é uma obra de grande necessidade, tendo sido prometido à população que em Setembro, no próximo ano lectivo 2008/2009, a sala estaria pronta.-----

-----Outra rubrica constante do plano é o apoio para a creche das Pedreiras, a obra está a andar em bom ritmo e no âmbito do acordo com o PARES a Câmara financia a parte não financiada, pois só assim foi viabilizada a candidatura.-----

-----No ensino básico, o relevo vai para a ampliação do Pólo de Serro Ventoso, é uma obra que pensa que irá avançar até porque já foi adquirido o terreno, referindo que a dotação que figura no plano é praticamente para a totalidade da obra. Acrescentou que está prevista a construção de outros pólos e que espera avançar com as obras no próximo ano.-----

-----O Senhor Vereador João José interveio questionando se os pólos escolares e pólos educativos são ampliação das escolas primárias já existentes.-----

-----O Senhor Presidente respondeu que o de Serro Ventoso é uma ampliação enquanto que o de São Bento é novo.-----

-----O Senhor Vereador Rui Neves referiu que a questão de pólos escolares e educativos está definido na carta educativa e foi assim aprovada. Referiu ainda que no Quadro de Referência Estratégico Nacional é privilegiado por cem mil euros sala de aula a integração de jardins-de-infância em escolas do 1º ciclo e vice-versa.-----

-----O Senhor Vereador João José interveio referindo que é pena não estar contemplado no orçamento para dois mil e oito a Escola EB1 de Mira de Aire.-----

-----O Senhor Presidente da Câmara respondeu que a reparação a efectuar nessa escola está prevista na rubrica conservação do parque escolar, referindo que se se conseguir construir estes três pólos educativos que estão previstos será muito bom dado que se tratam de três grandes investimentos.-----

-----No que se refere aos serviços auxiliares de ensino, destacou as verbas referentes às refeições escolares, transportes escolares e actividades extra curriculares que representam uma verba significativa.-----

-----Da proposta apresentada na área da saúde, o Senhor Presidente referiu o apoio para a extensão de saúde do Juncal que muita polémica tem dado. Sobre o assunto informou que tem uma reunião marcada a partir do dia 16 do mês que vem com a Presidente da Administração Geral da Saúde de Coimbra para ver qual é a situação porque tem que se tentar ultrapassar o impasse desta obra. Sobre o assunto referiu ainda que ficou chocado com a questão da carta que foi publicada no jornal, tendo já manifestado isso na comunicação social, pois entende não ser a melhor maneira de resolver o problema. Por outro lado, referiu que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia não sabe nada o que anda a fazer dado que não é unânime nas suas decisões, não só relativamente a esta obra como para todas as que estão neste momento a decorrer no Juncal. Entende que a extensão de saúde do Juncal é uma necessidade, daí que esteja contemplada esta obra no Orçamento para o ano dois mil e oito com uma rubrica simbólica, assim como está para o Alqueidão da Serra e Mendiga. Esclareceu que a obra da extensão de saúde do Juncal saiu do PIDDAC, porque há uma declaração da Junta de Freguesia, que tem em seu poder, dizendo que disponibilizava o terreno logo que possível, quando isso não aconteceu, não tendo sido enviado o registo do mesmo quando solicitado.-----

-----A Vereadora Irene Pereira questionou se já há algum terreno em vista.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara responde que de facto lamenta o Senhor Presidente da Junta ter enviado a carta para o jornal quando sabia que estavam em contacto um com o outro e até já tinham um terreno em vista para poder vir a comprar caso fosse a solução a adoptar.-----

-----No que diz respeito à Acção Social, destacou o apoio previsto para as obras do Solar do Povo do Juncal, que estão a andar a bom ritmo e o apoio para a aquisição de uma viatura também para essa mesma instituição. Referiu ainda o apoio de cerca de vinte mil euros para a Casa Amparo Familiar de Mira de Aire, dado que a obra se encontra quase concluída. O apoio para as obras do CASSAC é uma rubrica que fica aberta caso venham a fazer algum investimento.-----

-----A Vereadora Irene Pereira referiu que o CASSAC irá reunir dado que souberam pelos jornais que não tinha havido nenhuma candidatura aprovada pelo PARES no âmbito da terceira idade.-----

-----O Senhor Presidente interveio dizendo que na altura manifestou-se contra o facto de Porto de Mós não ter sido contemplado nessa área, obtendo a resposta que Porto de Mós não foi contemplado, uma vez que o tinha sido no âmbito das Creches em anos anteriores, pelo que refere que espera vir a haver candidaturas para a terceira idade no âmbito do PARES.-----

-----A Vereadora Irene Pereira referiu que lhe foi dito aquando da apresentação de outra candidatura ao PARES que não tinha sido aprovada, porque não tinham o problema do terreno resolvido, acrescentando que de qualquer maneira o CASSAC vai avançar com a obra, mesmo endividando-se à banca, porque a instituição além de não poder estar mais nas condições em que está tem que crescer, portanto o apoio previsto de cinco mil euros é pouco. -----

-----O Senhor Presidente da Câmara responde que sim que o apoio é curto, mas que se a obra vier a avançar em dois mil e oito irão ter um apoio idêntico àquele que está previsto para a Associação Amparo Familiar. -----

-----A Vereadora Irene Pereira reforça que vão avançar com a obra, de facto estavam à espera de uma resposta do PARES, dado que se tivessem o apoio trabalhariam de outra maneira, contudo mesmo assim irão avançar com as obras. -----

-----O Senhor Presidente da Câmara refere mais uma vez que no caso das obras avançarem o apoio previsto de cinco mil euros para o CASSAC será reforçado. -----

-----Continuando com a apresentação do Plano, o Senhor Presidente refere o apoio à CERCILEI. Esta instituição vai avançar com as obras do matadouro, também participadas pelo PARES e a Câmara irá apoiar uma parte. -----

-----Referiu ainda o apoio para a casa abrigo de São José, dado que a instituição está com alguns problemas nas obras nomeadamente com o elevador. -----

-----No capítulo do ordenamento do território, o Senhor Presidente da Câmara começou por referir que no dia dezassete irá ter uma reunião importante sobre o PDM e pensa que a situação será agora ultrapassada. -----

-----Nos projectos inscritos no PRAUD destacou os arranjos exteriores do Castelo de Porto de Mós que tem a ver com o cemitério e os espaços envolventes, bem como a rua cinco de Outubro. -----

-----Referiu a obra que está prevista para Alcaria, dizendo que contrariamente àquilo que o Senhor Presidente da Junta diz, que não são feitas obras em Alcaria, está-se a preparar uma obra que em princípio estará pronta no final do ano e que não é mais do que o calcetamento de uma importante travessa. Acrescentou que Alcaria tem esta característica urbanística, tem pequenas travessas e a valorização das mesmas é extremamente importante uma vez que contribuem para a valorização daqueles espaços urbanos. -----

-----Continua a apresentação, referindo que a obra da Praça da República tem um valor considerável mas que estão com algum receio da mesma, dado que sabem que existem ossadas por tudo quanto é sítio, a avaliar pelo que aconteceu com a remodelação da Igreja de São João. -----

-----Em relação ao Plano de Salvaguarda de São Jorge, referiu que recebeu um telefonema do Gabinete da Ministra da Cultura dizendo que temos que avançar com o referido plano e que estão receptivos a encarmos a hipótese da diminuição das áreas respectivas. -----

----- Vereadora Irene Pereira questionou como estão a obras do museu e quando abre ao público. -----

-----O Senhor Presidente respondeu que pensa que a abertura ao público está prevista para o início do ano. -----

-----Ainda no ordenamento do território, o Senhor Presidente destacou a obra da Casa Calado, referindo que pensa que dois mil e oito será o ano de arranque daquela obra, não obstante poderem vir a fazer qualquer coisa se conseguissem elaborar o projecto já seria bastante bom. -----

-----A obra de requalificação do largo de Mira de Aire vem na sequência de uma série de demolições que têm vindo a ser feitas, referindo que, naturalmente não basta demolir, há também que requalificar. -----

-----A obra do Percurso das Estações da Via Sacra é uma obra que se pretende avançar, referindo que só agora conseguiram a autorização de um proprietário. Trata-se de uma obra que é comparticipada pelo LEADER.-----

-----O Senhor Presidente referiu que a obra Passeios na 362 se mantém, porque é intenção no próximo ano executar mais um troço.-----

-----A obra requalificação da Praça Américo Marques é um projecto que tem a ver com o programa LEADER e URBCOM, junto ao cine teatro e que se pretenderem ver já temos um esboço da mesma.-----

-----Ainda no capítulo do ordenamento do território e para concluir o mesmo, o Senhor Presidente referiu a requalificação do espaço Barreira Nova, Cabeça Veada.-----

----- Explicou que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia demonstrou que gostaria de requalificar o referido espaço, assim como o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso gostaria de uma intervenção na zona sul, daí as obras inscritas no plano.-----

-----No capítulo do saneamento, o Senhor Presidente da Câmara referiu que a obra emblemática é o saneamento de Mira de Aire. É uma obra que tem de ser feita.-----

----- Trata-se de uma exigência que vem da própria administração geral, sob pena de podermos vir a ser penalizados se não tivermos o Concelho servido de rede de saneamento e isto para evitar o que aconteceu no outro quadro comunitário de apoio em que as Câmaras gastaram os fundos atribuídos em áreas que não as do saneamento básico. Referiu que o novo quadro comunitário não vai permitir isso, dado que exige que sejam feitas obras de saneamento nos concelhos mais atrasados.-----

-----O Vereador António José questionou se já existe projecto para o saneamento de Mira de Aire e o Senhor Presidente da Câmara respondeu que sim que já existe projecto genérico.-----

-----Ainda em relação ao saneamento, o Senhor Presidente referiu que o saneamento do Alqueidão da Serra está em curso e o da estrada do Guilherme é urgente, acrescentando que foi desbloqueado o colector que vai da zona do Rio Seco à 362.-----

----- Explicou que é uma obra que a Simlis vai avançar e que ficaremos em condições de ter um ponto de ligação daquela zona a Porto de Mós, que era tão preciso.-----

-----Do total de investimentos previstos no capítulo do Abastecimento de água, explicou que a verba inscrita na obra do abastecimento de água à Barrenta é uma situação pendente uma vez que o empreiteiro faliu e ficaram dívidas pendentes que poderemos ter que pagar por ordem do tribunal, assim como a verba prevista no sistema de telegestão de Mira de Aire. Neste capítulo referiu ainda a remodelação da conduta do Tojal que está adjudicada e que poderá começar ainda este ano. Já no que diz respeito ao reforço do abastecimento de água a Alqueidão da Serra a verba inscrita é para pagar o que falta da obra, dado que a mesma está quase concluída. A obra do abastecimento de água às Covas Altas será o abastecimento do Alqueidão da Serra a partir das Covas Altas e em princípio será essa a opção que iremos tomar dado que é importante ligar Porto de Mós a Alqueidão da Serra até porque a EPAL vai ter disponibilidade de água.-----

-----A rubrica de equipamento industrial, destina-se à aquisição de retroescavadora, dado que temos operador para ela e evitamos estar pendentes de uma terceira máquina.-----

-----Referiu ainda que a ampliação da água à Mendiga é uma obra num pequeno troço que irá servir cerca de três casas e a ampliação de água a S. Bento é para levar água a Penedos Belos.-----

-----Para concluir o capítulo do abastecimento de água, o Senhor Presidente da Câmara referiu que construção / remodelação dos taludes do rio Lena poderá vir a ser uma obra inter municipal dado que a Batalha e em princípio também Leiria estão interessados.-----

-----Da proposta apresentada na área da cultura, o Senhor Presidente referiu que a requalificação das antigas piscinas é uma obra que está em fase de adjudicação.-----

-----O Vereador Jorge Cardoso solicitou para intervir, referindo que apesar de se tratar de um espaço jovem está-se a pensar que aquele espaço seja aceite pelo turismo no sentido de funcionar ali o posto e ficarmos com um edifício centralizado e polivalente.-----

-----O Senhor Presidente da Câmara referiu a questão da Central Termoeléctrica que pensa poder vir a candidatar esta obra ao novo quadro comunitário, uma vez que no ano anterior apesar de ter sido apresentada a candidatura não houve financiamento.-----

-----Contudo referiu que a Ministra da Cultura mostrou-se receptiva a esta obra, tendo sido o projecto seleccionado mas como já não havia verba esperamos que venha a ser contemplado neste novo quadro comunitário. -----

-----Em relação à obra da Casa da Cultura de Mira de Aire referiu que a obra irá avançar no início do próximo ano, daí a verba inscrita.-----

-----No que se refere ao desporto, recreio e lazer o Senhor Presidente destacou a obra do Pavilhão do Juncal que está a avançar em bom ritmo. O campo de ténis em Mira de Aire é outra obra para avançar, só estamos à espera que o espaço fique em condições. -----

----- Referiu ainda a obra do campo sintético que é uma obra que está a avançar em bom ritmo e tem que ser concluída de acordo com o contrato programa estabelecido com a DGAL. Outra obra que o Senhor Presidente destacou foi a eco-via. Trata-se de um projecto novo, na sequência de uma reunião com várias entidades, em que foi dado a conhecer exemplos de recuperações de antigas linhas de caminhos-de-ferro, tratando-se esta obra efectivamente da recuperação da antiga linha do caminho-de-ferro. -----

----- Acrescentou que é um projecto interessante e a ser feito terá grande financiamento. Referiu que estão a pensar elaborar já o projecto e apresentar candidatura para a linha do caminho de ferro num troço de cerca de 8 km, que é um troço que parte muito próximo da pedreira da Ricel, vai lá cima ao Miradouro e volta para a Bezerra. No fundo, trata-se de transformar a linha que lá está, num percurso para a pessoas poderem andar a pé, de bicicleta ou a cavalo, sendo proibidos veículos motorizados, com a excepção das ambulâncias e bombeiros. Acrescentou ainda que ao fazer o percurso ficou preocupado dado que um carro dos bombeiros que tivesse que ir ao local não tinha hipótese de fazer inversão de marcha. Neste sentido, informou que já lá esteve uma máquina e que foram criados dois sítios onde isso é possível. Ainda que seja um processo interessante só será feito se houver participação. -----

-----No capítulo das actividades cívicas e religiosas, o Senhor Presidente falou da construção da Casa Velório de Porto de Mós, que é uma obra urgente. -----

-----A Vereadora Irene Pereira interveio questionando onde vai ser construída a Casa Velório de Porto de Mós.-----

-----O Senhor Presidente respondeu que em princípio será atrás do mercado, poderemos ainda eventualmente arranjar outra opção. Naturalmente que não se avançará sem falar convosco. --- -----

-----No capítulo jardins e arborizações, o Senhor Presidente referiu que o parque verde é uma obra que pensam iniciar em meados do ano que vem, visto que já existem os terrenos. ----

-----No sector da indústria e energia referiu que a verba inscrita no Parque Industrial de Porto de Mós 2ª fase é para pagamento do que falta, dado que a obra está quase concluída e que pretendem avançar com a construção da 3ª fase no ano que vem. -----

-----O Vereador António José questiona se é a terceira fase de acordo com o projecto. --

-----O Senhor Presidente respondeu que sim e que os terrenos já estão quase todos comprados, daí estar esta obra inscrita no plano para o ano de dois mil e oito. -----

-----No programa dos transportes e comunicações, o Senhor Presidente referiu que a pavimentação da estrada do Tojal é a segunda fase da obra, dado que a mesma foi suspensa no sentido de se remodelar a conduta da água e só depois repavimentar a estrada. -----

-----Referiu ainda a estrada de ligação da Mendiga, Cabeça das Pombas que ainda não avançou, porque o parque não deixa alcatroar a estrada. -----

-----A Vereadora Irene interveio dizendo que não é essa a estrada que a população quer.

-----O Vereador Jorge Cardoso responde que há dois pedidos e que esta estrada é um deles. -----

-----O Senhor Presidente ainda neste programa, destacou a obra do prolongamento da Rua Engenheiro Adelino Reis dos Santos dado que é uma obra que vai avançar visto que já existe autorização dos proprietários, assim como da DREC no sentido cortar um bocado do recreio da escola. Explicou também que a ponte de Rio Alcaide e S. Pedro têm uma verba simbólica, referindo que esta última será, em princípio, suportada pelas Estradas de Portugal e apenas será custo para a Câmara Municipal a parte eléctrica. A rotunda da Cruzeirinha - Estrada do Andam, é uma obra que já está adjudicada sendo que o valor inscrito é o da adjudicação. A estrada Portela - Vale Espinho é uma obra que se pretende que seja iniciada durante o ano que vem. -----

-----Referiu ainda que a estrada Lagoa Grande - Lagoa Pequena é uma obra que está em concurso e a rua Ti Norberto já está adjudicada sendo uma rua que já vai ficar com saneamento. Em relação ao cruzamento Ribeira de Cima / Livramento é uma obra que só agora as Estradas de Portugal emitiram parecer favorável, dado que exigiram alterações ao projecto. -----

-----Passando à análise do capítulo de mercados e feiras, o Senhor Presidente da Câmara destacou o Centro de Actividades Empresariais que é o mesmo que o Multiusos. Explicou que foi alterada a designação dado que se pretende candidatar esta obra a fundos comunitários e a alteração da designação vai no sentido de conseguirmos um maior financiamento. Trata-se de uma obra que só avança se for participada. -----

-----No que se refere ao Turismo, o Senhor Presidente destacou a elaboração do roteiro turístico e o museu ao ar livre, referindo que são dois projectos temáticos que podem vir a ser desenvolvidos, acrescentando que um deles poderá passar por uma exposição sobre a evolução do homem ao longo dos tempos, o que será um projecto bastante interessante para os estudantes. -----

-----O Senhor Presidente da Câmara conclui a sua apresentação, referindo que houve a ideia de elaborar o mapa Geoturístico do Concelho, contudo dado que a empresa que elabora o referido mapa apresentou um orçamento elevado, este projecto só avançará se for participado. -----

-----**Deliberado aprovar por maioria com os votos contra dos Vereadores do Partido Social Democrata.**-----

-----**Mais foi deliberado submeter à aprovação da Assembleia Municipal.**-----

-----**ORÇAMENTO DA RECEITA E DA DESPESA PARA 2008** – Passando à discussão do Orçamento foi iniciada a apresentação do mesmo pelo Senhor Vereador Albino Januário que começou por mencionar que o Orçamento decorre também do Plano de Actividades. De um modo genérico referiu que o Orçamento para dois mil e oito vai ficar marcado essencialmente por duas situações. A primeira relaciona-se com a entrada em vigor do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), o qual estabelece que a autarquia tem que ter inscrito no plano de actividades e no orçamento os projectos a candidatar a este quadro de apoio e daí resulta o facto de termos muitas obras inscritas que se não fosse a expectativa gerada pelo QREN, não estaria, inscritas no plano, dado que não resultam de uma real capacidade dos meios próprios da autarquia. -----

-----O volume de investimento total previsto neste orçamento para o ano de dois mil e oito subiu de 8.692.032,00€ para 12.092.910,00€, correspondendo a um aumento de 39% face ao ano anterior, que esperamos que se realize. -----

----- Este orçamento também está marcado pela necessidade de inscrever em orçamento obras executadas pelo anterior executivo e cuja execução não cumpriu os procedimentos administrativos prévios. Tais obras tem um peso significativo, encontram-se inscritas com a identificação 05 e cujo valor ronda os setecentos mil euros. -----

-----Referiu também que existe um aumento significativo das receitas que está relacionado principalmente com o apoio que se espera receber relativamente às obras candidatas e a candidatar ao QREN e que influencia a receita de capital estimada para dois mil e oito. Tanto assim que a receita de capital no ano anterior estava estimada em 6.309.214,00€ e para o ano de dois mil e oito apresenta um montante de 9.586.442,00€, chamando a atenção para o factor comparabilidade que tem de estar presente, contudo o

orçamento de dois mil e oito é aquele que menos possibilidade tem de ser comparável com o de anos anteriores.-----

-----Falando da despesa corrente, esta aparece um pouco elevada. No ano de dois mil e sete essa despesa foi de 10.518.297,00€ e para o ano de dois mil e oito estima-se em 11.694.069,00€. Explicou que este crescimento da despesa corrente verifica-se por duas razões. A primeira razão decorre do aumento de competências que foram atribuídas ao Município nos termos da Nova Lei das Finanças Locais. A segunda razão está relacionada com um quadro de despesas que aparece com indicação de crescimento de um ano para o outro e cujo controlo é muito difícil. Em que temos como exemplos, o aumento da despesa com o fornecimento de água que teve um crescimento de 26% e que não tem compensação do lado da receita dado que temos muita perda de água. Referiu ainda o aumento exponencial da despesa com o fornecimento de refeições escolares, dado que foram ampliadas algumas instalações escolares registando-se, também, um aumento da procura deste serviço por parte da população escolar. É necessário ter em atenção que a Câmara recebe receita parcial, não suportando na íntegra os custos com as estas despesas. Conhecendo a evolução destes custos, refere que não se pode subdotar estas rubricas, daí que a despesa corrente sobe em larga escala por factores que a Câmara efectivamente não controla, ou controla parcialmente.-----

-----A Vereadora Irene interveio dizendo que enquanto não mudarem a Nova Lei das Finanças Locais esta situação não se altera. E acrescentou que o que pretende proferir é que o impacto inicial que o Senhor Albino Januário tinha com alguns aspectos, nomeadamente com as despesas correntes, é de difícil controlo. Temos vindo a verificar que têm estado a tentar controlar, mas não se nota muito porque há uma máquina pesada e é difícil o seu controlo. Por exemplo relativamente aos trabalhos a mais, o Senhor Albino também referiu que estes nunca existiram, mas de facto eles existem e porquê?-----

-----O Senhor Vereador Albino Januário respondeu que o que defende é que essa nova Lei que vai ser aprovada já lá devia de estar em vigor à dez anos.-----

-----O Vereador João José solicita para intervir, dizendo que não se consegue desligar das comparações. Independentemente de se estarem a incluir obras que irão ser candidatas a QREN, o que é um facto é que a taxa de execução em dois mil e seis foi de 78%, e na altura tínhamos receita de catorze mil euros e agora aparecem-nos com uma receita na ordem dos vinte e quatro mil euros, verificando-se um aumento em dois anos de aproximadamente 70% na receita afectivamente executada em dois mil e seis e a prevista para dois mil e oito, quando sabemos que a realidade do país não é bem esta, nem das receitas da Câmara. Se for fazer uma parte comparativa e não tendo ainda a taxa de execução para o ano de dois mil e sete e prevendo a possibilidade de ser a mesma de 78%, eu vou ter um aumento de 59% da receita prevista de dois mil e sete para dois mil e oito e que parece à primeira vista qualquer coisa de extraordinário.-----

-----O Vereador Jorge Cardoso, refere que temos cerca de oitocentos mil euros neste orçamento de obras que nunca estiveram em outros orçamentos.-----

-----O Vereador João José refere que mesmo assim, retirando esse valor, continuamos a ter um aumento significativo. É obvio que não se espera que a taxa de execução em termos de receita seja de 100% em relação ao previsto, o que de facto acontece é que, por exemplo, em relação às despesas correntes se verifica que em dois mil e sete eram de 10.518.297,00€ e para dois mil e oito ascendem a 11.694.069,00€, verificando-se, assim, um aumento de 11% nestas despesas e efectivamente não era esta a filosofia. Neste sentido questiona o que é que efectivamente aconteceu para este aumento significativo dado que os prolongamentos de horário e refeições escolares já existiam.-----

-----O Senhor Vereador Albino interveio, dizendo que em dez meses de execução, comparando com os primeiros de dois mil e seis com os primeiros dez meses de dois mil e sete, verifica-se um acréscimo de 58% relativamente às refeições escolares.-----

-----O Senhor Vereador João José refere que essa despesa tem reflexo na receita.-----

-----O Senhor Vereador Albino responde que já tinha referido isso, e acrescenta que tal situação não funciona por compensação. O Orçamento tem que reflectir o total da receita e o total da despesa e não o custo líquido. No caso das despesas com as refeições escolares, o diferencial é de cento e cinco mil euros, em período homólogo referente aos primeiros dez meses. No que diz respeito aos transportes escolares verifica-se um aumento de quarenta e três mil euros, o que representa um acréscimo de 27% relativamente ao período homólogo e nas despesas com a água verifica-se um aumento de 35%.-----

-----O Senhor Vereador Albino Januário acrescenta que o grande peso nas despesas correntes são as despesas com o pessoal. O orçamento da despesa com o pessoal está ao nível do que foi gasto em média nos anos de dois mil e cinco e dois mil e seis, mas de facto estas despesas influenciam muito as despesas correntes, concluindo que há uma enorme dificuldade em controlar grande parte da despesa.-----

-----O Senhor Vereador António José solicitou para intervir dizendo que não se põe em causa o rigor e a tentativa para que as contas sejam rigorosas, no entanto, de uma forma geral não concorda com as opções da Câmara. Entende que as necessidades do Concelho apontariam para outro tipo de opções, ou seja, para o reforço mais significativo, em detrimento de algumas opções propostas, do que são os motores de desenvolvimento do nosso Concelho, como por exemplo, as acessibilidades e também mais reforço nas indústrias.-----

-----O Senhor Presidente questiona se ainda quer mais reforço do que aquele que já houve.-----

-----O Vereador António José responde que sim, que entende que devia de haver mais reforço, comparativamente às opções tomadas. Neste plano existem duas obras que absorvem dez por cento do orçamento da Câmara que são elas o Cine-Teatro de Mira de Aire e o Centro de Actividades Empresarias, que para ele não são investimentos estruturantes. Neste momento a Casa da Cultura não seria a sua primeira opção, olhando por exemplo para o Cine-Teatro de Porto de Mós que necessita de obras.-----

-----A Vereadora Irene Pereira refere que se tem de pensar na rentabilidade do cinema de Porto de Mós.-----

-----O Vereador Rui Neves refere que a filosofia da Casa da Cultura é completamente diferente da do cinema.-----

-----A Vereadora Irene Pereira intervém referindo que de facto a Casa da Cultura não seria a sua primeira opção, havendo a existência outras necessidades no Concelho.-----

-----O Vereador João José refere que é um investimento que também não é para ele uma primeira opção, o que não significa que não seja uma opção para o desenvolvimento da Vila de Mira de Aire, acrescentando que o investimento em Saneamento é muito reduzido, atendendo a que é uma prioridade.-----

-----O Vereador António José refere que existem quatro prioridades, ao qual o Senhor Presidente respondeu que elas estão bem presentes no orçamento, que são, o desenvolvimento industrial, o saneamento e o rejuvenescimento da rede de águas.-----

-----O Vereador João José solicita para intervir dizendo que, atendendo à prioridade do saneamento, este apenas representa 5,3% do orçamento global.-----

-----O Vereador António José interveio dizendo que entende que deveria de haver um maior reforço na zona industrial e uma ligação rápida à vila, no entanto o saneamento é outra área em que estamos muito deficitários, referindo que o que os Vereadores do Partido Social Democrata discordam é com as prioridades, não com as obras inscritas em plano e acrescenta que por exemplo já se poderia estar a executar a terceira fase do parque Industrial de Porto de Mós, até porque sempre houve procura.-----

-----O Senhor Presidente respondeu que já foi neste mandato que foi concluída a primeira fase e a segunda já foi construída pelo actual executivo sem qualquer comparticipação, acrescentando que em dois anos fizeram mais do que nos vinte anos anteriores.-----

-----O Vereador António José refere que estrategicamente há opções, dado que existem limitações e na sua opinião está-se a investir em áreas onde ele não investia, dado que entende que neste momento não são prioritárias, referindo que outra das áreas que considera importantes, para além do desenvolvimento industrial, saneamento e águas é o turismo, considerando que não há apostas nesta área de modo a atrair pessoas para o Concelho.-----

-----O Senhor Presidente responde que, quer o Centro de Actividades Empresariais, quer a Ecovia, quer mesmo o Parque Verde da Vila são obras de promoção do turismo, referindo que existem outras obras no Plano de actividades apresentado para o ano dois mil e oito que são obras de promoção do turismo no Concelho.-----

-----**Deliberado aprovar por maioria com os votos contra dos Vereadores do Partido Social Democrata.**-----

-----**Mais foi deliberado submeter à aprovação da Assembleia Municipal.**-----

-----**Tendo os Senhores Vereadores do Partido Social Democrata apresentado uma declaração de voto, no seguinte teor:**-----

-----“Na sequência do balanço dos primeiros dois anos de mandato efectuados pelos Vereadores do P.S.D., consideramos que o orçamento proposto para 2008 não apresenta mudanças significativas no rumo da política deste executivo.-----

-----Nomeadamente no que concerne ao insuficiente investimento em áreas estruturantes de vital importância para o desenvolvimento do concelho e bem estar da população como sejam:-----

-----A indústria e a energia;-----

-----Ausência de soluções para dotar o concelho de acessos rápidos aos principais eixos rodoviários;-----

-----O saneamento básico;-----

-----O abastecimento de água, fundamental para o bem estar da população.-----

-----Por outro lado, e tendo como pressuposto o rigor e transparência das contas públicas, este orçamento enferma de um empolamento que não nos parece justificado, face ao panorama tanto regional como nacional.-----

-----Estamos a referir-nos mais concretamente à receita prevista para 2008 (mais ou menos 23.686.709,00 €)face à concretizada em 2006 (cerca de 13.000.000,00€).-----

-----Assim, o documento apresentado traduz uma forma de governar este concelho que não privilegia o planeamento do concelho de forma integrada.-----

-----Sem investimentos fortes na indústria, nas vias de comunicação estruturantes, nos esgotos, na água, no nosso património, quais as mais valias de investir somas avultadas em infraestruturas que se esgotam em si próprias e são sorvedouros de dinheiros públicos?-----

-----Face ao exposto, os Vereadores do P.S.D. votam contra o orçamento e plano de actividades.-----

-----Irene Pereira-----
-----João José-----
-----António José”-----

-----O Senhor Presidente respondeu que:-----

-----“Relativamente à declaração dos Senhores Vereadores do Partido Social Democrata fiquei muito admirado e surpreendido com aquilo que dizem, porque falam em desenvolvimento, falam em bem estar, saneamento básico, falam na receita 2008/2006 e falam em vias de comunicação estruturantes.-----

-----Eu quero dizer que em termos de desenvolvimento industrial, estamos a falar das Zonas Industriais de Juncal, Mira de Aire e Porto de Mós, nós podemos comparar aquilo que foi feito nos últimos dois anos com aquilo que foi feito nos últimos vinte anos, e se nos últimos vinte anos apenas se construiu a primeira fase da Zona Industrial de Porto de Mós, vinte anos esses que tiveram financiamentos do Estado porque foram obras comparticipadas, nós nestes dois últimos anos, sem qualquer tipo de comparticipação, conseguimos fazer tanto em termos de lotes disponíveis como se fez nos últimos vinte anos.-----

-----Por aqui Senhores Vereadores do Partido Social-democrata com certeza que não sabem do que é que falam, pelo que vos convido a visitar a Zona Industrial de Porto de Mós. Também na Zona Industrial de Mira de Aire, sabem que demos o pontapé de partida, e estão para ser instaladas brevemente várias empresas, hoje mesmo atribuímos mais um lote. Também a Zona Industrial do Juncal está praticamente comprometida com novas empresas que aí se pretendem instalar e sabem que fomos nós, neste executivo, que divulgámos a nível nacional, inclusive, estas zonas industriais de modo a cativar novos investimentos que se avizinham, de modo que em termos de desenvolvimento industrial refuto completamente aquilo que foi dito. Acrescento que ao falarem de desenvolvimento do Concelho, não podem falar só de desenvolvimento industrial, têm que falar de desenvolvimento comercial, desenvolvimento turístico, porque tudo isto tem a ver com o desenvolvimento do Concelho.-----

-----Em relação ao desenvolvimento comercial, quero dizer que este executivo conseguiu dar uma reviravolta grande nos acessos a Porto de Mós. Reparem que os acessos estavam como estavam e neste momento sabemos que foram bastante melhorados e das cinco entradas de Porto de Mós, nós já remodelámos algumas delas.-----

----- Quem vem do lado da Corredoura vê o trabalho que foi feito. Quem vem do lado da Batalha vê o investimento que foi feito, todo neste mandato, que é o alcatroamento da estrada 362 e a construção dos passeios, sabem também que temos neste momento em curso obras de remodelação e ampliação das pontes do Rio Alcaide e São Pedro.-----

-----Ainda no que diz respeito aos acessos à vila que trazem gente a Porto de Mós e dinamizam o comércio, basta ver aquilo que foi feito na Rua que liga o campo de futebol a Porto de Mós, incluindo a iluminação que ali existia. Nem sequer tinha iluminação dado que os candeeiros estavam colocados no meio de um matagal que lá existia e nós alargámos a rua, fizemos passeios, o muro e nova iluminação.-----

-----Também quero dizer no que diz respeito ao turismo, uma das componentes do desenvolvimento económico, que este orçamento prevê grandes investimentos no Espaço Verde, que é uma promessa nossa, prevê o investimento na reformulação da antiga linha do caminho de ferro, transformando-a numa Ecovia e também prevê grandes investimentos de reformulação na rede viária. De modo que, não há turismo se não existirem bons acessos, boas infra-estruturas, que captem e fixem as pessoas.-----

----- Quando falam em bem estar, com certeza que se esquecem que neste mandato fizemos grandes reformulações ao nível da educação e da terceira idade. Nós estamos a financiar e apoiar obras importantes para a terceira idade, como seja o Solar do Povo do Juncal e instituições de terceira idade em Mira de Aire, nomeadamente a Casa de Abrigo e a Casa Amparo. Ainda no que diz respeito à infância fizemos grandes investimentos na Educação e basta ver as escolas que foram remodeladas e ampliadas em S.Jorge e no Arrimal. Prevê o orçamento que aí vem para o próximo ano, grandes investimentos para as freguesias de S.Bento, Pedreiras e Serro Ventoso e questiono se isto não tem a ver com desenvolvimento.-----

-----Eu pergunto o que é desenvolvimento para os Senhores Vereadores, se apostar na infância, na cultura e educação, não é desenvolver o Concelho.-----

-----No que diz respeito ao saneamento básico, quero dizer o seguinte, já fomos nós que iniciámos o saneamento básico de Mira de Aire, essa obra foi prometida e falada há tantos anos e fomos nós que tivemos coragem de a iniciar. Neste momento, já fizemos dois investimentos na área de Mira de Aire, no que diz respeito ao saneamento básico, conforme se prova pelo relatório apresentado, e no próximo ano iremos ampliar fortemente o saneamento básico em Mira D’Aire, talvez a única Vila do País que não tinha uma casa servida em termos de saneamento básico. Também temos um grande volume de investimento previsto nesta área para a freguesia da Calvaria de Cima com o Saneamento Básico que vai de S.Jorge à Calvaria e para a zona dos Casais de Baixo, uma obra urgente nesta área.-----

-----Ainda na rede de águas, estamos a acabar com o grande flagelo que tem a ver com a insuficiência do abastecimento de água ao Alqueidão da Serra. Paralelamente a isto, tem vindo a ser feito um grande esforço em termos de reformulação e rejuvenescimento da rede de águas, como sendo o grande investimento que se avizinha, que é a remodelação da conduta de águas do Tojal, de modo que quando falam e dizem que este orçamento não tem a ver com o desenvolvimento do Concelho, não é verdade.-----

----- Pelas obras que estão expressas, não é isso que o orçamento reflecte e lamento efectivamente que tenham votado contra. Sinceramente, esperava da vossa parte, uma maior atenção para aquilo que nos propomos fazer, nomeadamente em relação ao Senhor Vereador João José quando diz que o edificio previsto para a casa da cultura de Mira de Aire não é uma grande prioridade para aquela Vila. Enfim, são maneiras de ver as coisas, nós entendemos que o espaço Casa da Cultura de Mira de Aire é um grande investimento para a Vila e é uma das nossas grandes prioridades porque ele consta do nosso programa eleitoral, e o Senhor Vereador do Partido Social Democrata de Mira de Aire quando diz que não é investimento prioritário para Mira de Aire, estranho efectivamente que como mirenses assumam essa postura de votar contra esta grande obra, que é um grande investimento para o Concelho.”-----

-----O Senhor Vereador João José interveio dizendo que: “relativamente à afirmação de votar contra a obra da Casa da Cultura de Mira de Aire, quero apenas referir que não considero que não seja uma opção para Mira de Aire, a única referencia que fiz é que não seria para mim a primeira opção, porque em primeira opção apostaria fortemente na educação, nomeadamente na revitalização das escolas de Mira de Aire e no saneamento básico e só posteriormente na Casa da Cultura.-------

-----**COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA A ATRIBUIR À FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DA FREGUESIA DE SÃO BENTO – CAPELA DA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO – CHAINÇA** – Presente um requerimento da entidade acima mencionada, a solicitar uma comparticipação financeira para procederem à remodelação e reparação do salão anexo à Capela.-----

-----Deliberado atribuir o apoio financeiro no valor de cinco mil euros.-----

-----**TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL PARA A FREGUESIA DE MENDIGA** – Presente um ofício da Freguesia de Mendiga, a solicitar uma transferência de capital no montante de dez mil euros, no âmbito do n.º 4 do artigo 64.º e artigo 66.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro e do artigo 3.º do Protocolo celebrado com este Município, destinado a fazer face às despesas com a construção de passeios na freguesia.-----

-----Deliberado transferir o valor de dez mil euros.-----

-----**COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA A ATRIBUIR À FREGUESIA DE MENDIGA** – Presente um ofício da Freguesia de Mendiga, a solicitar um apoio financeiro destinado à reparação do Parque Manuel Baptista Amado, em Telhados de Água.-----



-----Deliberado atribuir o apoio financeiro no montante de mil e quinhentos euros.-----

-----**COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA A ATRIBUIR À FREGUESIA DE SERRO VENTOSO** – Presente um ofício da Junta de Freguesia de Serro Ventoso, a solicitar a atribuição de uma participação financeira inscrita em Grandes Opções do Plano, para a Requalificação do centro da Bezerra.-----

-----Deliberado atribuir o apoio financeiro no valor de dez mil euros.-----

-----**COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA A ATRIBUIR AO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE PORTO DE MÓS PARA A REALIZAÇÃO DE UMA OPERETA DE NATAL E PEÇA DE TEATRO PARA O ENSINO PRÉ-ESCOLAR** – Presente uma informação do Vereador do Pelouro da Educação, Cultura, Acção Social e Desporto, no seguinte teor:-----

-----“Conforme documentos que se anexam e dada a importância dos espectáculos em questão que se realizam no dia 14 de Dezembro no Cine-Teatro de Porto de Mós, com a apresentação do Hino do concelho, por elementos dos diferentes coros do município e Frei Vicente e a peça de Teatro “Se eu fosso peixinho”, espectáculo este para todas as crianças do Ensino Pré-escolar do concelho, proponho para o efeito a atribuição para cada um destes espectáculos a importância de 500€ (quinhentos euros), num total de 1000€ (mil euros).”-----

-----Deliberado atribuir o apoio financeiro no valor de mil euros.-----

-----**CONCURSO LITERÁRIO JOVEM – 1.ª EDIÇÃO DE 2007 – ATRIBUIÇÃO DE PRÉMIOS** – Presente uma informação do Vereador dos Pelouros da Educação, Cultura, Acção Social e Desporto, no seguinte teor:-----

-----“No âmbito do I Concurso Literário Jovem que teve como tema ”Património Histórico de Porto de Mós”, o júri criado para a avaliação dos trabalhos a concurso, após ter verificado todos os procedimentos de acordo com as regras em questão, deliberou atribuir as seguintes classificações:-----

TABELA DE CLASSIFICAÇÕES FINAL								
CATEGORIA 3.º CICLO		PONTUAÇÃO					CLASS FINAL	VALOR DO PRÉMIO
TEXTO	AUTOR	Presidente Rui Neves	Vogal Margarida Vieira	Vogal João Ribeiros	Vogal Olegário	TOTAL		
“A terra da esperança”	Volodymyr Lavriv	5	4	4	5	18	1º	150€
“O sol aqui não perto”	Ana Carolina Pimenta	4	5	5	3	17	2º	125€

-----“APLICAÇÃO: Financiamento de obras constantes no Plano Plurianual de Investimentos para o ano 2008. -----

-----1- O limite de endividamento da Câmara Municipal, calculado de acordo com as novas regras estabelecidas pela Lei das Finanças Locais e do Orçamento de Estado para o ano de 2007, não se encontra esgotado nem o ficará com a eventual contracção deste empréstimo. ---

-----2-Destina-se o presente empréstimo ao financiamento de obras inscritas no Plano Plurianual de Investimentos para o ano 2008, que não foram contratualizadas na vigência do actual executivo e que ascendem a cerca de 770.000,00€. -----

-----3-Trata-se de uma situação à qual não iremos deixar de dar cumprimento, tendo em atenção que os processos das referidas obras se encontram neste momento em tribunal e em fase de resolução. -----

-----Deliberado concordar e solicitar propostas às várias instituições bancárias para a contratação de um empréstimo no valor de 600.000,00 €, destinado ao financiamento de obras constantes no Plano Plurianual de Investimentos para o ano de dois mil e oito. -----

-----Os Vereadores do Partido Social Democrata, solicitaram para intervir dizendo que concordam com a proposta, considerando não ser extemporânea a contratação do empréstimo apresentado, dada a morosidade do processo de aprovação e tendo em atenção que se destina única e exclusivamente para o pagamento de dívidas de processos que se encontram no Tribunal em fase de resolução. -----

-----Todas as deliberações que não tenham qualquer anotação foram aprovadas por unanimidade. -----

-----De modo a permitir a sua imediata execução, a Câmara resolveu aprovar a Acta em Minuta no final da Reunião. -----

-----**ENCERRAMENTO** – E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, pelas dezoito horas e trinta minutos, da qual para constar, se lavrou a presente Acta. -----

